
O jornalismo como arma de ação psicológica: colaboração e responsabilidade da Folha de S. Paulo no combate à “subversão” da ditadura civil-militar¹

André BONSANTO²

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

Resumo: O objetivo deste trabalho é realizar uma análise sobre a *responsabilidade* da *Folha de S. Paulo* no combate à luta “anti-subversiva” da ditadura civil-militar no Brasil através de uma campanha de ação psicológica intitulada “União Contra a Violência”. Desta forma, procuramos avançar nas análises sobre o papel do jornalismo como agente legitimador dos aparatos repressivos do Estado, atestando o protagonismo exercido pela *Folha* em um dos períodos de maior recrudescimento do regime, durante o contexto de criação da Operação Bandeirante, em julho de 1969.

Palavras-chave: *Folha de S. Paulo*; jornalismo; ditadura; ação psicológica.

Introdução

O presente artigo faz parte de um projeto de pesquisa que procura avançar nos indícios sobre a possível colaboração e responsabilidade do jornal *Folha de S. Paulo* com os órgãos repressivos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).³ De caráter acadêmico, teórico-metodológico, mas também jurídico e político, o projeto busca evidenciar as diversas facetas e conexões estabelecidas entre diferentes setores do empresariado e o regime. Isso condiciona, ao campo da comunicação em particular, um outro olhar às práticas jornalísticas exercidas durante o período da ditadura, bem como uma análise mais apurada sobre o efetivo envolvimento das empresas de comunicação com as políticas repressivas da ditadura.

Pretende-se ir além, neste sentido, das análises que se limitam a investigar determinada “cumplicidade” ou “apoio” editorial dado pelos jornais ao golpe de 1964, ou, no outro extremo, seu papel de vítima-resistente da censura perpetrada pelo regime. Este trabalho procura levar em consideração o papel ativo que o jornalismo desempenhou

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (PPGCOM-UFG), e-mail: andrebonsanto@gmail.com.

³ O projeto “*Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura*”, pioneiro no âmbito da justiça de transição no Brasil, é uma iniciativa coordenada pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Além da *Folha de S. Paulo*, única empresa de comunicação contemplada no edital, o projeto investiga ainda a atuação dos grupos Companhia Docas de Santos, Petrobras, Fiat, Itaipu, Josapar, Paranapanema, Cobrasma, Companhia Siderúrgica Nacional e Aracruz. As pesquisas são financiadas por um Termo de Ajustamento de Conduta acordado entre o Ministério Público Federal e a Volkswagen, em virtude da recente responsabilização da montadora alemã na violação de direitos humanos durante a ditadura brasileira. Para mais sobre o referido projeto, acessar: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/empresas-e-ditadura>.

àquele período, o que nos permite pensar na *responsabilidade* destas empresas de forma mais clara e contundente e seu considerável protagonismo na consolidação da lógica repressiva que se desenvolveu durante a ditadura (Basualdo, 2016).

Partindo desta perspectiva, o presente artigo pretende demonstrar como a *Folha de S. Paulo*, durante um dos períodos de maior recrudescimento da ditadura, em julho de 1969, no contexto de criação da Operação Bandeirante (Oban)⁴, se envolveu efetivamente na elaboração de uma campanha de “ação psicológica”, contra-informação e propaganda - intitulada “União contra a Violência”- conclamando diversos setores da sociedade civil, empresários, políticos e militares a se mobilizarem na luta contra a subversão. Com isso, busca também evidenciar a clara sintonia da empresa com os preceitos doutrinários da ditadura, que culminaram na prisão, tortura e morte de centenas de opositores do regime, o que acarretaria um olhar mais apurado sobre a prática jornalística, e o papel da *Folha*, em particular, na criação de consensos estabelecidos como pretensamente “democráticos”.

A *Folha de S. Paulo* e a ditadura: para além de consensos e consentimentos

Já é fato conhecido - e reconhecido - o papel exercido pelos órgãos da chamada grande imprensa no apoio e na sustentação de legitimidade ao golpe que derrubou o presidente João Goulart no Brasil de 1964 (Abreu, 2005; Bonsanto, 2014; Laranjeira, 2014). Estudos clássicos como o de Dreifuss (1981) consolidaram a interpretação de que havia àquele momento uma clara “solidariedade de interesses” entre uma elite orgânica, formada pela *intelligentsia empresarial*, - da qual este setor da mídia, em sua grande maioria, fazia parte - e grupos políticos e militares de tendências modernizantes-conservadoras que se mobilizaram econômica e politicamente em campanhas ideológicas para assegurar um clima “apropriado” à intervenção militar. Decorrente desta visão podemos afirmar que o golpe de 1964 fora também “midiático” (Silva, 2014) e que a ditadura militar não pode ser definida indiscriminadamente apenas pelo seu caráter “civil”, já que uma forte orientação classista a configura como “*empresarial-militar*” (Campos; Brandão; Lemos, 2020; Comparato, 2014).

⁴ A Oban foi um órgão de informação e repressão política criado em julho de 1969 pelo II Exército de São Paulo, em colaboração com o governo, o exército, as polícias e a elite empresarial local, que lhe garantiu ampla sustentação material, ideológica e política, conforme veremos. Tinha como um de seus principais objetivos desmantelar as organizações políticas de esquerda, cada vez mais atuantes no estado de São Paulo e se consolidou como um dos mais notórios e truculentos centros clandestinos da ditadura.

No entanto, a narrativa oficial de grupos como a *Folha* segue afirmando que este “apoio” teria sido pontual e que logo em seguida se tornaram resistentes, quando não vítimas das políticas autoritárias do regime, atuando posteriormente com grande protagonismo no processo de redemocratização do país (Mota e Capelato, 1981; Pilagallo, 2012; Pinto, 2012). Se apropriando seletivamente do passado na tentativa de construir uma história particular sobre o período - a partir de estratégias que definimos anteriormente como seus “clichês historiográficos de autolegitimação” (Bonsanto, 2018; 2021a) -, a *Folha de S. Paulo*, que em 2009 caracterizou o regime militar como uma “ditabranda”, foi por muito tempo reconhecida, por ela mesma, inclusive, como o “jornal das Diretas”. Hoje estampa em sua marca uma assinatura que lhe autodenomina um “jornal a serviço da democracia”, promovendo cursos online gratuitos para seu leitorado, na tentativa de ensinar às novas gerações o que foram os “horrores” da ditadura (Bonsanto, 2021b).

Uma leitura mais crítica e detalhada sobre a atuação do jornal no período pode nos revelar outras facetas. Primeiramente, é preciso enfatizar que a censura imposta pelos militares atuou tanto em seu caráter repressivo quanto disciplinador, já que o Estado reconhecia a importância dos meios de comunicação àquele momento para difundir ideias, criar laços emocionais coletivos e legitimar determinados consensos (Ortiz, 1989). Havia, por outro lado, relativa afinidade de interesses entre o empresariado e o regime, conforme já mencionamos anteriormente e, neste sentido, é possível afirmar que a ideologia de “segurança e desenvolvimento” pregada por ambos fez da (auto)censura uma estratégia *conivente* e *conveniente* para fortalecer ainda mais estas relações de proximidade (Bonsanto, 2021a). O “oportunismo pragmático” praticado pelo jornalismo durante a ditadura auxiliou muitas empresas a potencializar seus negócios durante o período e, ao mesmo tempo, criar uma imagem positiva do regime, de uma sociedade harmônica, que caminhava tranquilamente, livre de conflitos (Aquino, 1999). Seu consentimento foi “virtualmente total” (Smith, 2000) o que nos garante afirmar que para estes órgãos de comunicação houve muito mais autocensura do que censura prévia e efetivo controle da produção noticiosa, ocorrendo a posteriori uma espécie de idealização sobre sua atuação combativa, resistente e vitimizadora (Barbosa, 2006).

A *Folha de S. Paulo* foi um dos jornais que seguramente mais se beneficiou desta conjuntura, principalmente após a aquisição do grupo pelos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, em 1962, dois anos antes da deflagração da ditadura. A

narrativa oficial da empresa afirma que aquele fora um momento de severas dificuldades financeiras, onde o jornalismo a princípio foi deixado de lado para que seus dirigentes pudessem focar no saneamento das dívidas e na reformulação da estrutura organizacional e tecnológica do grupo (Mota e Capelato, 1981; Paschoal, 2007; Pinto, 2012). Passados cinco anos do golpe, em 1969, a *Folha* se posicionava como um dos jornais mais lidos e de maior circulação do Brasil, muito em virtude do exponencial e significativo aumento da frota de veículos próprios da empresa, que passou de 24 carros em 1960, para o crescimento substancial de 165 veículos, cinco anos depois. Vangloriava-se também de ser detentora do maior e mais moderno parque gráfico da América Latina, representando um conglomerado de empresas recém adquiridas que compreendia mais quatros jornais impressos - *Última Hora* (1965), *Notícias Populares* (1965), *Folha da Tarde* (1967) e *Cidade de Santos* (1967), - bem como a “Fundação Casper Libero” e a “Tv Excelsior”, para nos atermos apenas às empresas do ramo jornalístico (Bonsanto, 2021a).

Há de se considerar, desta forma, que tamanho crescimento só teria sido possível frente a uma clara aproximação da empresa com os ditames do poder que se configuravam àquele momento. Na ocasião das comemorações de 50 anos da empresa, em 1971, mesmo após a promulgação do AI-5, tendo a ditadura recrudescido seu aparato repressivo de maneira contundente, calando, torturando e eliminando seus opositores de maneira sistemática, a *Folha* afirmava, por exemplo, se manter “profundamente identificada” com os rumos da nação, ao acompanhar “os esforços da Revolução de 64 para a reconstrução do Brasil.”⁵

É por isso que, para além do simples acatamento das políticas impostas pelos militares, precisamos levar em consideração a “responsabilidade” assumida pela empresa durante o período. Isso também nos permite afirmar que há uma diferença bastante significativa entre um simples “apoio” consentido, dado pelo jornal aos militares, a uma participação ativa, recíproca, que garantiu sustentação e legitimidade a um regime autoritário por, ao menos no caso da *Folha*, praticamente uma década. Mas antes de deixar mais claro em que medida essa sintonia se fez presente através do jornalismo da empresa, em diálogo com as prerrogativas do regime, é preciso definir melhor alguns conceitos oriundos da própria doutrina de segurança da ditadura que orientaram, em certa medida, essas articulações.

⁵ MEIO SÉCULO. *Folha de S. Paulo*, ano LI, nº 15.223, p. 04, 19 de fevereiro de 1971.

Doutrina de Segurança, ação psicológica e a luta contra a “subversão” na ditadura

Um documento interessante que nos auxilia a perceber de que forma a ditadura procurou racionalizar sua ação política, através de métodos e doutrinas práticas que deveriam orientar sua atividade são os manuais da “Escola Superior de Guerra”. Neles estão estabelecidas de forma clara a “Doutrina de Segurança Nacional” e a visão, por parte dos militares, de que vivenciávamos um momento de “guerra revolucionária”, um conflito particular onde a presença do inimigo interno e “subversivo” era um problema a ser combatido para que a “revolução” alcançasse plenamente seus objetivos.⁶

Nesta guerra para se alcançar os objetivos nacionais, a Doutrina declarava de antemão com quem deveria contar: “A *responsabilidade* de tal processo cabe às elites, parte que são do próprio povo, em razão justamente de sua participação mais efetiva - e mais esclarecida - na vida nacional” (Brasil, 1979, p. 34, grifo nosso). Em virtude de sua “presumida capacitação superior”, da “plena consciência de seu papel” e do “patriotismo de sua atuação”, caberia às elites, assim, “indicar os caminhos a seguir”, interpretando os interesses e aspirações nacionais para que se difundisse na opinião pública os “altos valores da convivência social” e os “autênticos interesses e aspirações” do processo revolucionário em curso (Brasil, 1979).

As forças armadas se viam, neste sentido, como apenas “um dos elementos de combate, só episodicamente o mais importante.” Esta guerra, afirmavam, era de toda a nação e deveria ser travada em união, “com a participação efetiva do governo e do povo.” (Brasil, 1979, p. 222). Para isso havia instrumentos eficazes, como uma eficiente “ação psicológica”, realizada com o emprego correto da comunicação social, da propaganda e das relações públicas, criando uma corrente de opinião favorável, voltada aos “interesses nacionais” e que mantivesse a população imune à “ação subversiva”.

Utilizar-se da guerra psicológica era fundamental na visão dos militares, ainda mais com a “sofisticação dos meios de comunicação” contemporâneos, que permitiam

⁶ A “Escola Superior de Guerra” (ESG) foi fundada em 1949 e teve um papel ativo na formação técnico-ideológica e moral das elites militares, políticas e civis do pós-golpe e da ditadura. Suas doutrinas e orientações começaram a ser publicadas de maneira unificada a partir do “Manual Básico” de 1975, sempre com breves e pontuais atualizações conceituais e de conjuntura (Lentz, 2021). Neste trabalho, nos utilizamos da versão produzida em 1979. No entanto, é importante frisar que, desde a sua fundação, a ESG foi responsável por sistematizar e estabelecer diretrizes que culminaram nos princípios de sua “Doutrina de Segurança Nacional”, fundamental para circunscrever, em fins dos anos 1960, o contexto que delinea este trabalho. O papel de *responsabilidade* que atrelamos à Folha, neste sentido, nos mostra que seu protagonismo antecipou, em tese, diretrizes que já circulavam na elite orgânica que dava sustentação e legitimidade ao regime, como veremos a seguir.

“destruir o inimigo pelo fabuloso poder de penetrar-lhe o espírito e miná-lo a ponto de anular qualquer esforço de defesa, sem que seja necessário, por vezes, o disparo de um único tiro.” (Brasil, 1979, p. 227). Assim, nesta guerra, o objetivo maior seria o de “influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos” da população na luta contra a subversão. Seu plano de “ação psicológica” deveria congrega uma série de recursos e técnicas – que poderiam ir de “demonstrações” e pedidos de auxílio, a “pressões” e “ameaças” - para gerar essa predisposição de comportamentos na coletividade, executados de forma “agressiva e contínua”, de modo a atuar de maneira preventiva, repressiva e operativa (Brasil, 1979, p. 228).

Veremos logo a frente como essas ações se concretizaram nas páginas da *Folha de S. Paulo*. Aqui nos cabe enfatizar ainda a importância que deram os militares à existência de um “sistema eficaz de informação” capaz de monitorar de forma concreta os movimentos subversivos (Brasil, 1979). Neste sentido, foram implementando progressivamente, desde o golpe de 1964, políticas – sejam elas “legais” ou clandestinas - que permitiram intensificar a instrumentalização do combate à subversão. A Lei de Segurança Nacional, promulgada em março de 1967, por exemplo, garantiu a normalização dos preceitos da “guerra interna”, permitindo que militantes de oposição política pudessem ser indiscriminadamente enquadrados na categoria de “subversivos” e inimigos da nação (Fico, 2001). Foi o decreto do AI-5, em dezembro de 1968, por sua vez, que “institucionalizou” a estratégia dos órgãos de segurança no combate à luta subversiva, representando a “porta de entrada jurídica” para uma mais eficiente e organizada estrutura repressiva durante a ditadura (Alves, 1984; Joffily, 2013).

O final da década de 1960 marca também o recrudescimento das políticas da ditadura contra a luta armada de esquerda, principalmente nos grandes centros urbanos. O regime via nestes grupos uma grande ameaça à sustentação da legitimidade de seu governo e da segurança interna do país, vista sob a ótica de sua própria doutrina de segurança. Depois de ter criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964, e os Centros de Informações do Exército (CIE), Aeronáutica (CISA) e Marinha (CENIMAR), em 1967 e 1968, a ditadura se movimentava clandestinamente para organizar aquele que pode ser considerado um dos mais notórios centros de informação, prisão, tortura e morte do estado de São Paulo e de todo o regime. Mais uma vez, a sintonia e colaboração da elite política e empresarial parecia ser colocada à prova, tendo o jornalismo da *Folha de S. Paulo* um reconhecido protagonismo e participação, conforme veremos.

A União e a Violência: a responsabilidade da *Folha de S. Paulo* na luta contra a “subversão” no contexto de criação da Operação Bandeirante

De acordo com as análises da historiografia, foi em fevereiro de 1969, durante o I Seminário de Segurança Interna, em Brasília, que seu deu formalmente a iniciativa para a criação da Operação Bandeirante (Oban), um organismo centralizador da luta antissubversiva que deveria atuar em São Paulo, principal centro no combate à repressão do país (Fon, 1979; Huggins, 1998; Joffily, 2013). Em junho de 1969, sob o comando do general do II Exército, José Canavarro Pereira, uma reunião foi convocada para se debater um plano de combate ao “terrorismo” de forma mais sistemática, que resultou, no dia 1º de julho, no ato solene de fundação do órgão. O ato, segundo consta, foi prestigiado por diversas autoridades civis e militares do Estado, além de personalidades políticas e empresariais (Joffily, 2013, p. 42).

Há indícios de que a Federação das Indústrias de São Paulo foi responsável direta por auxiliar no financiamento do órgão, que lhe socorria com uma “caixinha” onde colaboravam parcelas significativas do empresariado paulista, nacional e internacional. No livro de Gaspari (2002, p. 62) há relatos de que grupos como Ford, Volkswagen e Ultragás, por exemplo, emprestavam carros para a Oban atuar na repressão. Hoje em dia, por conta de uma série de investigações e relatos, referendados pela própria Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014), sabe-se da participação ativa da *Folha de S. Paulo* na também cessão de seus veículos para a perseguição e captura de opositores do regime. Cláudio Guerra, ex-delegado do Dops, em depoimento à Comissão do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, afirmou que os agentes da ditadura se utilizavam dos carros da empresa “para fazer o levantamento e colocar grampos, porque o carro da imprensa não chamava atenção. Naquela época não tinha a facilidade de hoje (...) e o carro era ótimo para isso” (Sindicato dos Jornalistas, 2017, p. 44).⁷ Além disso, é conhecida a versão de que a *Folha da Tarde*, jornal vespertino do grupo, atuava em completa sintonia com os

⁷ Para além do depoimento do militar, há diversos relatos de ex-presos políticos que afirmam ter visto carros da *Folha* sendo utilizados pelos órgãos de repressão e/ou estacionados nos pátios das prisões. A pesquisa em curso, citada na introdução deste trabalho, está atualmente sistematizado e ampliando um escopo de fontes testemunhais sobre o caso, que serão futuramente disponibilizadas em um relatório mais consistente. Vale reforçar também que este é um tema tabu para a própria empresa, que já chegou a afirmar que os carros podem ter sido utilizados pela repressão, mas sem o consentimento de seus dirigentes. Para uma versão oficial do grupo, consultar Pinto (2012).

aparatos repressivos, sendo identificada inclusive como o “Diário Oficial da Oban”, por sempre respaldar a versão “oficial” e policialesca dos órgãos militares (Kushnir, 2004).

Por conta de seu caráter ilegal e clandestino, a Oban não chegou a ser formalizada institucionalmente. Isso lhe garantiu certo “dinamismo” e “flexibilidade” para executar suas atividades repressivas, já que em tese sequer precisava prestar contas de sua atuação (Joffily, 2013). Em 28 de junho de 1969, em uma menção indireta à criação do órgão, a *Folha* chegou a noticiar que São Paulo estava executando um “plano de combate ao terrorismo”. Em entrevista ao jornal, o governador do Estado, Abreu Sodré, não deu mais detalhes, dizendo apenas que “o plano é sigiloso”, mas já deixava um recado claro à população: “Agora nós também vamos para a ofensiva”.⁸

Ainda que mantivessem certo sigilo sobre a configuração do órgão, documentos internos posteriormente produzidos pelos militares descreveram quais seriam as suas funções. A Oban, como uma operação conjunta e coordenada entre diversos órgãos, tinha como objetivo “identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos” de São Paulo, com a finalidade de “destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam.”⁹ Para isso, contavam com um centro específico destinado a “elaborar diretrizes e desencadear a Ação Psicológica”, bem como realizar campanhas de “contra-propaganda anti-terrorista.”¹⁰

Conforme procuramos demonstrar neste artigo, a Oban não realizou sozinha seu trabalho de ação psicológica e contra-propaganda. Esta operação precisava ser executada de forma “conjunta e coordenada”, como bem frisou o documento acima. O jornalismo profissional, representado por setores da grande imprensa, parece ter sido um agente fundamental na configuração das políticas de contra-informação da ditadura, atuando com reconhecido protagonismo e sendo responsável por legitimar determinados consensos na luta contra a subversão.

A *Folha de S. Paulo*, àquele momento, se mostrava um veículo bastante engajado e solidário às diretrizes da segurança nacional. No dia 1º de julho, formalmente a data de fundação da Operação Bandeirante, o jornal estampava em sua capa as “sinceras congratulações” que recebia do marechal Costa e Silva, então “presidente” da República,

⁸ São Paulo executa plano contra terrorismo. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.622, p.3, 28 de junho de 1969.

⁹ As informações no II Exército e a Operação Bandeirante. Departamento de Ordem Política e Social, 28-06-1970. *Arquivo Público do Estado de S. Paulo*, fundo DEOPS, Dossiê 50-Z-9, 74.

¹⁰ Operação Bandeirante. Central de Difusão. Contra-Propaganda Anti-terrorista. Proposta para ação psicológica, setembro/1969. *Arquivo Público do Estado de S. Paulo*, fundo DEOPS, Dossiê 50-Z-9, 60.

por se manter “sempre informando fielmente a população.”¹¹ Já no dia 5, o jornal nos mostrava indícios da articulação que se configurava entre o empresariado local e a repressão, ao noticiar a “solidariedade” e “confiança” dada pelos “homens de empresa” aos comandos policiais e militares. Na figura do então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, Theobaldo de Nigris, a *Folha* destacava a repulsa do empresariado aos movimentos subversivos: “é necessário revidar com energia a todos os ataques perpetrados pelos elementos que se escondem atrás dessa agitação.”¹²

O tom deste discurso, baseado numa suposta ameaça que precisava ser severamente combatida, tornava evidente o grau de sintonia entre os grupos empresariais, políticos e militares na luta contra os movimentos “subversivos”. O estopim dos acontecimentos parece ter se dado com um incêndio que destruiu parte significativa do patrimônio da Tv Bandeirantes, em São Paulo, no dia 16 de julho de 1969. No dia seguinte, a *Folha* dava amplo destaque ao caso em sua capa. De acordo com o governador Abreu Sodré, estes incêndios só poderiam ser “obra dos terroristas”, daí a necessidade de o povo “unir-se ao governo, na luta contra os inimigos da pátria.”¹³

Faço um apelo para que cada um se transforme num guarda da tranquilidade e da vida de todos. Não cabe só à polícia defender-nos numa guerra incerta. Cabe a todos os brasileiros de S. Paulo. Apontem onde estão os traidores, onde estão os assassinos dos nossos soldados [...] Será que continuaremos, paulistas, de braços cruzados, vendo que a cada dia um de nós tomba vítima desses atentados? Não. Todos estamos hoje mobilizados, do governador do Estado ao mais humilde servidor. Todos estão convocados para dar combate àqueles que se escondem para matar, para queimar, para silenciar a voz de São Paulo. [...] fiquem atentos, transformem-se em policiais civis e denunciem todo elemento desconhecido, toda atitude suspeita que notarem em um terreno baldio, em uma casa, em um bar, em um apartamento. Denunciem, chamem a polícia, ajudem-nos a prender, cooperem para que possamos deitar as mãos nesse grupo.¹⁴

Além deste contundente pronunciamento do governador, incitando a população a “denunciar”, a não permanecer de braços cruzados, a tornarem-se espécie de policiais

¹¹ Costa e Silva congratula-se com as FOLHAS. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.625, capa, 1º de julho de 1969.

¹² Solidariedade dos empresários ao comando da Força Pública. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.629, p.3, 5 de julho de 1969.

¹³ (SODRÉ: INCENDIOS NAS TVs SÃO OBRA DOS TERRORISTAS. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.641, capa, 17 de julho de 1969) Ao longo dos anos 1960, várias emissoras como a TV Record, Excelsior, Globo, Cultura e Bandeirantes foram atingidas por incêndios de diferentes proporções. Em nenhum deles foi confirmado o envolvimento de grupos de esquerda, que nunca assumiram a autoria dos “atentados”. A própria *Folha*, em matéria interna noticiando o caso, afirmava que as opiniões no meio policial pareciam divergir quanto às origens do incêndio: “Uns acham que foram terroristas [...] Outros acreditam que empregados descontentes sejam os responsáveis. E há os que pensam em acidente puro e simples. [...] No corpo de Bombeiros pouco acreditam em terrorismo ou incêndio proposital: ali, a maioria pensa em acidente mesmo.” (Destruída a metade do prédio do 13. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.641, p. 9, 17 de julho de 1969).

¹⁴ Sodré: incêndio das televisões faz parte de plano terrorista. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.641, p.3, 17 de julho de 1969.

para que juntos pudessem “deitar as mãos” nos elementos subversivos, a *Folha* destacou ainda uma fala do general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército e um dos “fundadores” da Oban, conforme vimos. Para o general, a segurança do país era responsabilidade de “todo o povo”, manifestando com isso sua preocupação “diante da necessidade de ser encetada uma campanha cívica de reeducação dos jovens.”¹⁵

O jornalismo da *Folha* parece ter ido além, atendendo prontamente ao chamado dos empresários, do governador e do general. Neste mesmo dia iniciou uma campanha, intitulada “União contra a Violência”, que ganharia proeminência em suas páginas ao longo de praticamente um mês. Mesmo sem ter sido comprovada a origem dos incêndios, o jornal declarava sua solidariedade contra as “manifestações de insanidade” articuladas por um “adversário ardiloso, inescrupuloso e ousado” que procurava comprometer a tranquilidade pública. Solidariedade que, de acordo com editorial publicado pela *Folha*, deveria ser traduzida:

numa união mais íntima, principalmente entre aqueles que têm um patrimônio a defender – patrimônio que não é, prioritariamente, de alguns homens ou de algumas empresas, mas pertence antes ao Estado e ao país, a cujo serviço se encontra. Essa união, naturalmente, há de fazer-se em torno das autoridades constituídas, para que prossigam nos esforços destinados a transformar o Brasil no grande país dos nossos sonhos – objetivo que, felizmente, vai sendo pouco a pouco atingido, não obstante os desatinos de uma minoria.

Ao lado dessa união – que é dever de todos os brasileiros conscientes e responsáveis – impõe-se redobrar a vigilância contra o inimigo. [...] Mas não se espere tudo do poder público, pois todos sabem que segurança – principalmente nas circunstâncias atuais – é responsabilidade de cada cidadão e de cada comunidade. [...] Às vítimas de agora resta o consolo de saberem que não estão sós, nesta hora de tristeza. Com elas está o que o país tem de melhor, nas suas reservas morais. A elas oferecemos o conforto de uma solidariedade incondicional, reforçada por aquele apelo à união e à vigilância contra os que querem intranquilizar a família brasileira e impedir que o Brasil alcance seus altos destinos.¹⁶

Nos dias seguintes, o jornal começou a reproduzir em suas páginas as manifestações de apoio que vinha recebendo pelo posicionamento de sua campanha, devido a “tanta repercussão [que] está tendo na imprensa e em outros setores da vida brasileira.”¹⁷ Novamente, o general José Canavarro teve seus discursos destacados pela *Folha*, agora em ocasião da homenagem prestada às Forças Armadas pela Associação

¹⁵ General Canavarro: Segurança é de responsabilidade de todo o povo. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.641, p.3, 17 de julho de 1969.

¹⁶ União contra a violência. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.641, p.4, 17 de julho de 1969.

¹⁷ Repercute o apêlo à União contra a violência. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.642, p.3, 18 de julho de 1969.

Comercial de São Paulo, onde reforçava que “empresários e autoridades” deveriam “marchar juntos na busca da consecução dos objetivos da Revolução”. Para o general, a atuação do empresariado se mostrava fundamental no trabalho de formação política da nacionalidade brasileira: “É, porém, no campo psico-social onde a empresa deve desempenhar, no momento, o seu grande papel.”¹⁸

No dia 20 de julho, um extenso manifesto político-publicitário foi publicado nas páginas internas da *Folha*. Desta vez, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) se solidarizava com a campanha do jornal, dando seu recado ao “povo brasileiro” contra os grupos de subversivos que “desertaram a Pátria”. De acordo com a Federação, este era um momento “propício para uma tomada de consciência”:

Seria uma criminoso omissão cruzar os braços no exato momento em que idéias rebeldes de aniquilamento de nossas melhores tradições são postas em prática. [...] Os empresários industriais de São Paulo, absolutamente convictos da grande responsabilidade que pesa sobre seus ombros – e com a autoridade moral e cívica conquistada nas lutas democráticas que travaram, ao lado das nossas Forças Armadas, na memorável campanha de redenção nacional de 1964, - sentem-se no dever de alertar as famílias, os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais, enfim, todo o laborioso povo brasileiro, para uma indispensável tomada de consciência, no sentido de uma união coesa e de ação indestrutível contra a impudência e a maldade dos que pretendem, com as armas anti-cristãs do terrorismo, subverter a ordem pública e aniquilar a segurança nacional. [...] Os empresários industriais de São Paulo, confiando plenamente no patriotismo e no alto espírito de coesão de nossas Forças Armadas, concitam o povo à mais estreita colaboração com o Governo Brasileiro, repelindo, por todos os meios ao alcance de cada um e de todos, as criminosas tentativas de perturbação da ordem.¹⁹

Junto a esse manifesto, a *Folha* começou a confeccionar cabeçalhos com mensagens publicitárias da campanha “União contra a Violência”, reproduzidos ao longo das próximas semanas, com as seguintes mensagens: “ordem e progresso”; “amor constrói e ódio destrói”; “nós confiamos no Brasil”; “o trabalho é a lei dos fortes”; “decisão e coragem – Brasil maior”; “unidos venceremos – Brasil maior”, todas assinadas como uma “colaboração da Folha de S. Paulo”. O jornal seguia convicto em sua “colaboração”, se mostrando um dos grandes responsáveis pela mobilização do povo com o governo para “banir da vida nacional” as atividades do “terrorismo”. Quem lhe atestava novamente este reconhecimento era o presidente da FIESP, Theobaldo de Nigris, que acreditava fundamental o trabalho de mobilização da opinião pública contra os “inimigos

¹⁸ Canavarro: empresários e Governo devem consolidar a Revolução. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.642, p.12, 18 de julho de 1969.

¹⁹ A Indústria Paulista ao Povo Brasileiro. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.644, P.5, 20 de julho de 1969.

da Pátria”: “e ninguém melhor que os órgãos de divulgação para responder pela condução desse movimento, a exemplo do que já vem fazendo a FOLHA DE S. PAULO.”²⁰

Reforçando o respaldo de seus parceiros de luta, a *Folha* publicava outro editorial para frisar a necessidade do “apelo” que fizera na união contra a violência: “e é com prazer que registramos estar ele sensibilizando áreas de opinião.”²¹ Aproveitava para enfatizar uma vez mais que as atividades do “terrorismo” não se dirigiam apenas contra o governo, pois quem sofria suas consequências era o próprio povo. Neste ponto, o jornalismo da *Folha*, responsável por campanhas de ação psicológica, realizava trabalhos que não se limitavam a ações preventivas, pois atuava também, - como nos mostraram as práticas recomendadas dos manuais da “Escola Superior de Guerra” – em seu caráter “repressivo” e “operativo”. Era o que fazia o jornal, por exemplo, quando estampava em suas páginas fotos e nomes de “terroristas procurados”, muitos dos quais foram posteriormente presos, torturados e mortos pela ditadura.²²

Era esse o tom que moldava a colaboração da empresa na luta contra os chamados grupos subversivos. Não nos cabe aqui repetir em exaustão estes discursos, uma vez que já evidenciamos de que forma o jornalismo da *Folha* foi responsável direto por essa articulação. Apenas para situarmos a amplitude e penetração da campanha, vale citar que o jornal ainda recebeu, ao longo do mês, manifestações de apoio de entidades do comércio;²³ das classes rurais;²⁴ da arquidiocese;²⁵ do governo do Estado - que deu seu “aplauso à iniciativa do jornal [...por atuar] como órgão de convocação da população [...], inteiramente sintonizado com as necessidades presentes”²⁶; da bolsa de valores – declarando que a iniciativa da *Folha* se mostrava uma campanha de “salvação nacional”, de grande repercussão e “absolutamente necessária”²⁷; e, por fim, do comandante do II Exército, general Canavarro, que classificou a campanha da *Folha* como “patriota e meritória.”²⁸

No dia 03 de agosto de 1969, praticamente um mês após a criação da Oban, a *Folha* finalizava sua campanha com um editorial, reconhecendo que seu apelo teria sido

²⁰ Empresário: união povo-governo. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.646, p.3, 22 de julho de 1969.

²¹ Contra a violência. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.646, p.4, 22 de julho de 1969.

²² São 25 os procurados por terrorismo. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.646, p. 17, 22 de julho de 1969.

²³ Entidades do comércio pregam União e Trabalho *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.647, capa, 23 de julho de 1969.

²⁴ Líderes rurais apóiam a união contra a violência. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.648, p.3, 24 de julho de 1969.

²⁵ Cardeal Rossi condena atos de terrorismo. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.649, capa, 25 de julho de 1969.

²⁶ Sodré conclama povo a unir-se contra violência. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.651, p.3, 27 de julho de 1969.

²⁷ Bolsa conclama à união contra a violência (capa) *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.655, 31 de julho de 1969.

²⁸ Canavarro: união contra subversão. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.658, p.3, 3 de agosto de 1969.

“plenamente correspondido” por toda a comunidade brasileira: “altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, bem como as classes empresariais, juntaram sua voz à nossa e à da opinião pública.”²⁹ Por um ato que não podemos considerar como falho, a *Folha* realizou um sutil deslocamento semântico no título de sua campanha, ao nomear seu editorial como “A união e a violência”. Era como se não bastasse mais conclamar a população a se unir “contra” ela, mas sim “com” violência. Desta forma, finalizava o texto afirmando que os objetivos a que se propuseram teriam sido atingidos: deter a violência subversiva com a união de todas as pessoas “responsáveis”.

Faltava apenas despertar a consciência destas para a necessidade de uma tomada de posição, clara e definida, contra os que insistiam em afrontá-las. Foi o que este jornal procurou fazer, formulando seu apelo à “união contra a violência”, que era ao mesmo tempo uma mensagem de alerta e de confiança nos destinos do país. [...] Dando agora por encerrada essa campanha, agradecemos os que se integraram nela e a prestigiaram, convidando-os a permanecer vigilantes contra os que não querem ver o país progredir em paz. [...] A violência, infelizmente, não está totalmente extirpada de nosso meio, mas temos absoluta convicção de que ela não florescerá, entre outras razões por ser frontalmente contrária à própria formação do povo brasileiro; não florescerá, ainda, porque, despertados para o problema criado pela ousadia dos radicais, saberemos unir-nos contra eles, numa frente única com as autoridades constituídas.³⁰

A necessidade de uma tomada de posição “clara e definida”, conclamada a partir de uma “frente única” com as autoridades constituídas, tornou a empreitada assumida pela *Folha* um sucesso não apenas editorial, a nível jornalístico, já que não era apenas ela quem reconhecia o sucesso do seu próprio trabalho. Documentos produzidos no ano seguinte, em 1970, pelos órgãos de segurança da ditadura, afirmavam que o “êxito da repressão à subversão” e ao “terrorismo” em São Paulo residiam, em síntese, “no apoio das elites civis e autoridades civis e militares, no trabalho integrado que soma esforços e multiplica resultados.”³¹ Assim, o II Exército se referia à Oban com “grande e justo orgulho”, pois “sem dúvida alguma, marcou o início da nossa ofensiva no campo da subversão e está se constituindo um exemplo para todo o país.”³²

A união e a violência assumida pelos setores empresariais, políticos e militares - dentre os quais o jornalismo da *Folha de S. Paulo* teve um papel significativo, conforme pudemos evidenciar nesta pesquisa -, foram responsáveis por um modelo pioneiro de

²⁹ A UNIAO E A VIOLÊNCIA. *Folha de S. Paulo*, ano XLIX, nº 14.658, capa, 3 de agosto de 1969.

³⁰ Idem.

³¹ A subversão e o terrorismo em São Paulo. Departamento de Ordem Política e Social, 17 de agosto de 1970. *Arquivo Público do Estado de S. Paulo*, fundo DEOPS, Dossiê 50-Z-09-87

³² As informações no II Exército e a Operação Bandeirante. Departamento de Ordem Política e Social, 28-06-1970. *Arquivo Público do Estado de S. Paulo*, fundo DEOPS, Dossiê 50-Z-09-74.

combate aos opositores do regime. Seus mecanismos de informação e repressão tornaram-se tão eficientes que acabaram servindo de modelo para a implementação dos Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), difundidos posteriormente em todo o país. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014) afirma ser difícil apontar o número exato de presos políticos que tiveram seus direitos violados nestes locais. Apenas no DOI-CODI do II Exército, pertencente à região de São Paulo, mais de 5 mil pessoas teriam sido detidas em suas dependências, das quais ao menos 50 delas não saíram de lá com vida. Números dos quais a *Folha* hoje provavelmente não deve se orgulhar.

Referências:

ABREU, Alzira. A imprensa e a queda do governo de João Goulart. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. (orgs.) Comunicação, acontecimento e memória. São Paulo: Intercom, 2005.

ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

BARBOSA, Marialva. Imprensa e poder no Brasil pós-1930. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, jun/dez 2006.

BASUALDO, Victoria (et. tal.) *Responsabilidad empresarial en delitos de lesa humanidad: represión a trabajadores durante el terrorismo de Estado*. Posadas: EdUNAM; Buenos Aires: Centro de Estudios Legales y Sociales, 2016.

BONSANTO, André. *O presente da memória: uso do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabrandia'*. Jundiá: Paco Editorial, 2014

_____. História e memória da ditadura militar em tempos de (auto)censura: o jornalismo brasileiro e seus clichês historiográficos de autolegitimação. *Parágrafo*, v. 6, n. 3, p. 77-96, set/dez. 2018.

_____. *A verdade dita é dura: jornalismo, história e ditadura militar no Brasil (do golpe de 1964 à Comissão Nacional da Verdade)*. São Paulo: Editora Dialética, 2021a.

_____. Um Jornal a Serviço de Si: os 100 Anos da Folha de S. Paulo e suas Tradições “Inventadas” sobre a Ditadura na Democracia. *Anais do XIII Encontro Nacional de História da Mídia*. ALCAR. Juiz de Fora: UFJF, 2021b.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro, 1979.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. *Comissão Nacional da Verdade: v. I e II. Textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto (Orgs.). *Empresariado e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

COMPARATO, Fábio Konder. Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro. *Instituto Humanitas Unisinos*, ano 12, nº 205, vol. 12, 2014.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura miliar, espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FON, Antonio C. *Tortura: a história da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

JOFFILY, Mariana. *No Centro da Engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no Doi de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: EDUSP, 2013.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. *A mídia e o regime militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

LENTZ, Rodrigo. *Pensamento político dos militares no Brasil: mudanças e permanências na doutrina da ESG (1974-2016)*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade de Brasília: UnB, 2021.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Imprensa, 1981.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Editora brasiliense, 2ª. Ed. 1989.

PASCHOAL, Engel. *A trajetória de Octavio Frias de Oliveira*. São Paulo: Publifolha, 2007.

PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PINTO, Ana Estela de Sousa. *Folha (Folha explica)*. São Paulo: Publifolha, 2012.

SILVA, Juremir M. *1964. Golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO. *Jornalistas de São Paulo e a ditadura*. Relatório da Comissão da Verdade, Memória e Justiça do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. São Paulo: SJSP, 2017.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.